

Qual o critério em que se baseavam os advogados para qualificar o café do Brasil de café para especulação? Sómente porque o produto não tinha defesa entregue por qualquer preço, a vontade dos intermediários.

Quanto à qualidade inferior do café brasileiro, forçoso era confessar que em parte os inimigos tinham razão; o café do Brasil já fora, na sua totalidade melhor preparado".

Verifica-se que em 1897 como em 1958 há muitos pontos de contacto. É o que se depreende das seguintes ponderações que logo a seguir vamos encontrar no autor de Uma grande bandeirante — Bartolomeu Pais de Azevedo: "Os fatores da grande baixa eram os seguintes: a) — Monopólio do comércio do café nos Estados Unidos, pelos torradeiros de café; b) — Falta de organização comercial no Brasil, para se operar a exportação do café; c) — Falta de organização no Brasil; d) — Falta teórica de excesso de produção; e) — Excesso dos especuladores de vendas a termos; f) — Ausência de conhecimentos estatísticos sobre a verdadeira situação do café e sobre a marcha da produção e do consumo". Pela simples enunciação desses fatores constata-se que pouco ou nada progrediram em matéria de comercialização.

Em 1898 publicou o *Jornal do Comércio* um artigo assinado por pseudônimo Mercator no qual pela primeira vez se preconizava processos de defesa representada pela destruição de dois milhões de sacas. Infelizmente, depois de 1930 tivemos que queimar não dois milhões de sacas, mas 40 vezes mais. A Mercator respondeu um fazendeiro propondo medidas consubstanciadas no incoerente à propagação. Aliás, dentro dessa linha de pensamento foi criada a 25 de janeiro na Capital Federal, a Organização Internacional do Café, que ainda não entrou em funcionamento.

"Em fins de 1900 e princípios de 1901 cobrou-se em São Paulo, uma corrente de opinião tendente a aconselhar como meio de solucionar a crise, ou pelo menos de se atenuar, a destruição e não a retenção dos cafés baixos". A quota de expurgo de que agora se cogita não seria a configuração prática dessa idéia?

O pensamento lembrado por Taunay tem um grande defensor, hoje em dia, em Olavo Ferraz, que a propósito do assunto pronunciou conferência na sede da Sociedade Rural Brasileira. A página 358 do volume novo da História do Café no Brasil, observa: "O grande fator de baixa, era o próprio Brasil, produtor em excesso, do grão da rubiácea.

É, fato digno de toda a atenção, tal excesso não consistia propriamente em café, e sim nas impurezas com que se exportavam os cafés brasileiros, que como café, eram torradas e oferecidas

ao consumo mundial. Aquele que, em linguagem comercial, se chamava café baixo, era o que fazia, por si só a superprodução".

E adiante: "A eliminação dos cafés baixos, seria além de tudo o meio de se contemperar à espera dos progressos do consumo, lentos mas seguros".

"Era indispensável compreender assinaladamente — que o café existente, estivesse onde estivesse, em Santos, ou nas tulhas das fazendas, nas docas do Havre e de Hamburgo, ou simplesmente na Arqueate, pesava sobre os mercados". Naquele tempo, segundo nos relata o notável historiador, já era conhecida a prática de se misturar o café bom com o ruim, a fim de fazer as conhecidas ligas pelo pior.

"Sim, porque o café, anomalia extraordinária, era o único gênero, em cuja venda o produtor não marcava o preço.

O lavrador, em régra, entregava-o na estação mais próxima de sua fazenda, o café beneficiado e ensacado; e não sabia o rumo que tomaria, quem o comprava, se fora ou não misturado com outras qualidades inferiores, nem o verdadeiro preço que alcançaria". Verifica-se que no início do século alguns idealistas lutavam contra a mistura de impurezas ao café e pela necessidade de se obter novas plantações".

No volume 10 tomo II — capítulo LXI — vem relatado o convênio de Taubaté assinado nessa cidade a 25 de fevereiro de 1906. Assinado pelos presidentes de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro é dos mais notáveis documentos da história cafeeira nacional.

Visava o Convênio valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento do seu consumo e a criação da «Caixa de Conversão» fixando o valor da moeda. Foi então estabelecido, também, o preço mínimo nos mercados nacionais. A este assunto ainda dedicaremos uma seção de o CAFFÉ NOS LIVROS.

Talvez ainda hoje pudessemos repetir com o autor da História do Café no Brasil — «O mecanismo do comércio de café, em princípios do século XX era precisamente o mesmo empregado no seu início, as velhas práticas herdadas dos tempos coloniais. Nada se progredira neste particular, em relação ao que se fazia, um quarto de século atrás, em pleno regime da escravidão, quando as dificuldades das comunicações entre a região cafeeira e o litoral, pela escassez de vias regulares, de transportes, obstavam naturalmente o progresso. Se alguma diferença era lícito notar-se entre a situação atual e a de 1880, os agricultores, se viam julgados e escravizados por infreza especulação dos intermediários.

A cafeeicultura, contudo, dava mostras de pretender abandonar a «luta sem tréguas entre o cafeeiro e a floresta». Os conselhos emitidos por Ferreira Rangel em 1906 algum tempo depois colocaram a ser ouvidos e seguidos até darem os frutos hoje conhecidos.

Dizia-se então: "Quando apropriados o clima, e o solo, as experiências demonstravam-nos à evidência os terrenos esgotados pela cultura extensiva, podiam ser transformados, pela intensiva e alimentada, indefinidamente, talvez, frondosos e produtivos cafeeiros, tão remuneradores ou mais do que os que visavam somente a expansão de humus da mata, que as colheitas e outras coisas iam consumindo rapidamente, de ano para ano".

No Volume Duodécimo — tomo II — informa Taunay que o «movimento revolucionário de julho de 1924 irrupto no Estado não prejudicou a exportação cafeeira, ao envez do que sucedera com os demais produtos paulistas.

A lei de 19 de dezembro de 1924, criando o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, realizara velha aspiração da lavoura, organizando o aparelho de defesa do preço do produto, para cujo serviço passara a contribuir com mil réis ouro por saca.

Regulamentada a Lei de 14 de fevereiro de 1925, instalara-se a nova repartição, cujos serviços estavam quase todos organizados. Hoje a cafeeicultura está a reclamar da autonomia do mencionado Instituto, cujas funções foram extintas, passando a ser exercidas pela Superintendência dos Serviços do Café, órgão ligado à Secretaria da Fazenda. É um direito incontestável.

Não tivemos neste O Café nos Livros a pretensão estultada de ter reunido os 15 volumes de a História do Café no Brasil do notável mestre. Pretendemos, isto, sim, colhecer trechos aqui e ali de sua volumosa história, mostrar ao leitor que muitos dos problemas que hoje assobrem a cafeeicultura já preocupavam nossos maiores. Cumpra assinalar que a História do Café no Brasil refere-se em seu primeiro volume aos primórdios do café no Oriente, na Europa e na América. Dois tomos foram reservados para o estudo do café no Brasil-Colônia, a partir de 1.727, quando se ouro verdes foi introduzido no país. Ao estudo do café no Império VI tomos foram reservados. Partindo de 1822 vai até 1889. Na República estuda Taunay o café entre 1889 e 1906 (dois tomos); de 1906 a 1927 (mais dois tomos) e, finalmente, de 1907 a 1937 (mais três tomos). Deveria o I.B.C. determinar a atualização da mencionada história até os nossos dias.

MILHO HÍBRIDO

«MOGIANA»

SEMENTES CERTIFICADAS

Fornecidas por Campo de Cooperação da Secretaria da Agricultura — Tipo 1/2 dente, de elevado rendimento agrícola — Preço por sacco de 40 Kgs — Cr\$ 640,00.

Em virtude da enorme procura, queiram fazer seus pedidos com urgência à

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

RUA FORMOSA, 367 — 19.º ANDAR — SAO PAULO